



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural
Maio | 2017

Boletim Conjuntural

Maio | 2017

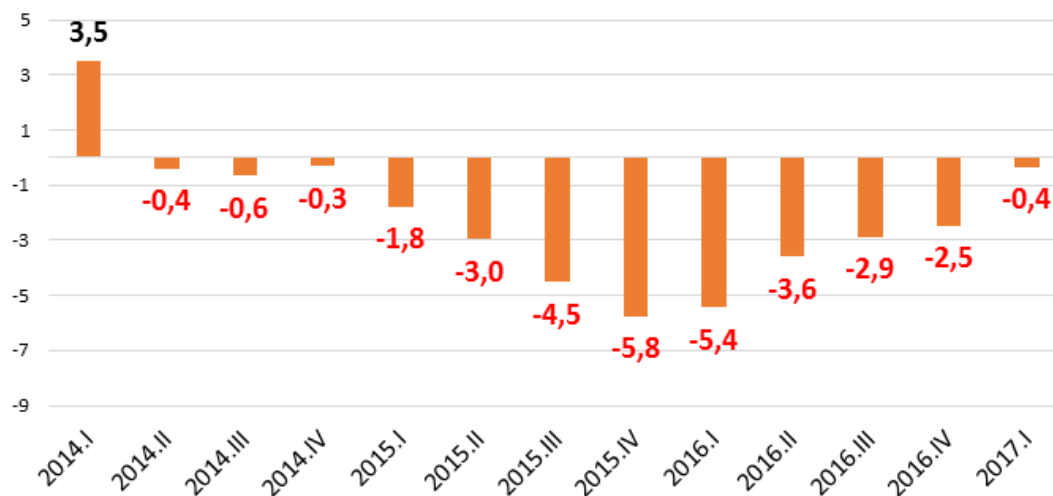
1. CONJUNTURA NACIONAL

A economia brasileira apresentou variação de -0,40% no primeiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 – segundo os dados do PIB (Contas Nacionais/IBGE). Com esse desempenho, encerraram-se doze trimestres consecutivos de variação negativa do PIB (ver **Gráfico 1**).

Não obstante o resultado do primeiro trimestre deste ano ainda denotar retração

econômica, observa-se que desde o segundo o trimestre do ano anterior esse movimento de queda tem sido gradativamente menor a cada novo período. Portanto, são números que alimentam expectativas de que a economia nacional finalmente poderia estar caminhando na direção da finalização de um longo ciclo recessivo que se iniciou no segundo trimestre de 2014.

Gráfico 1 - Brasil: variação trimestral do PIB a preços de mercado, em % - 1º Trimestre/2014 ao 1º Trimestre/2017 (base: mesmo trimestre do ano anterior)

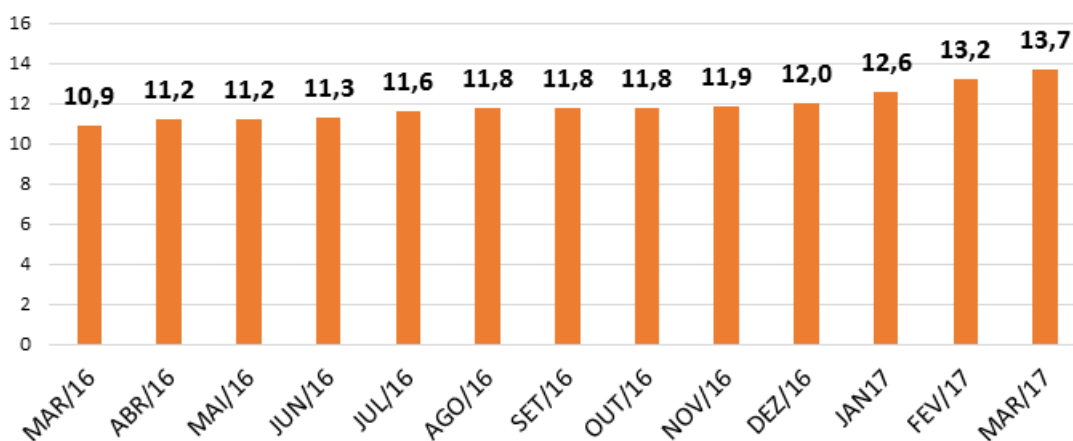


Fontes: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

Deve ser considerado, entretanto, que o arrefecimento do ritmo de retração econômica ainda não influenciou positivamente o comportamento do mercado de trabalho, que permaneceu apresentando contínua e profunda deterioração: segundo os dados da PNAD Contínua/IBGE, no trimestre móvel de jan-fev-mar de 2017, a taxa de desocupação continuou crescendo e alcançou 13,7% (**Gráfico 2**).

Tecnicamente, sabe-se que na saída de uma recessão prolongada a recuperação do nível de empregos só ocorre após consolidado um movimento consistente de retomada do crescimento econômico. Até março, o que se observa é um nível elevado de desemprego, com o aumento substancial de 3,1 milhões de pessoas desocupadas e redução de 1,7 milhões de pessoas ocupadas, em relação ao mesmo período de 2016.

Gráfico 2 - Brasil: taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral), em % - março/2016 a março/2017



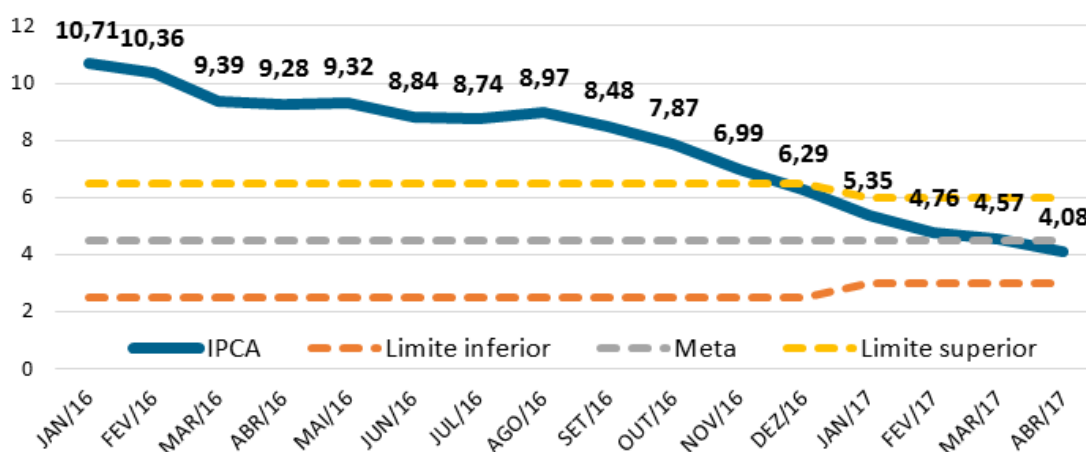
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Um aspecto positivo, nesse ambiente econômico desfavorável, é a consolidação de uma trajetória decrescente da inflação, conforme **Gráfico 3**. De fato, conta-se com declínio inflacionário contínuo desde agosto de 2016: o índice oficial de inflação vem, desde então, sofrendo continuada redução, considerado, em cada mês, o acumulado dos últimos 12 meses: 8,97% em agosto; 8,48% em setembro; 7,87% em outubro; 6,99% em novembro; 6,29% em dezembro; 5,35% em janeiro de 2017; 4,76% em fevereiro, 4,57% em março e, finalmente, 4,08% em abril deste ano.

Portanto, a trajetória declinante do IPCA já deixa a inflação abaixo do centro da meta de inflação (4,5%) estabelecida pelo Banco Central para este ano. Ademais, espera-se que a inflação oficial do país, ao final de 2017, seja ainda mais baixa (3,95%) – conforme estimativa divulgada no último Boletim Focus, do Banco Central.

Gráfico 3 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do IPCA, em % - Janeiro/2016 a Abril/2017

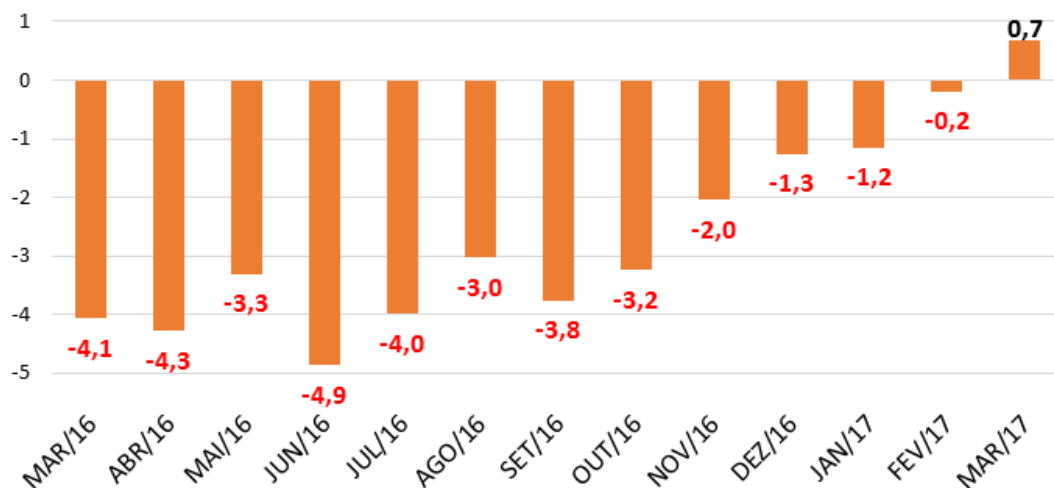


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que diz respeito à evolução da massa salarial – fator importante para se avaliar a trajetória da capacidade de consumo dos trabalhadores – observa-se uma atenuação da perda do poder aquisitivo da massa de salários desde outubro de 2016, culminando com um ganho real de 0,7% no trimestre encerrado em março de 2017, comparativamente ao valor

desse agregado no mesmo trimestre de 2016 (**Gráfico 4**). Destaque-se que o decréscimo da massa salarial seria uma consequência natural do aumento do desemprego. Todavia, a mudança do patamar inflacionário do país tem efeito positivo sobre o referido agregado, o que explica o referido aumento real da massa salarial.

Gráfico 4 - Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral), em % Março/2016 a Março/2017 (base: mesmo trimestre móvel no ano anterior)



Fonte: PNAD-Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera os rendimentos de todos os trabalhos, habitualmente recebidos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

A continuada queda da inflação deixa margem para que o Banco Central persista na rota de redução da taxa básica de juros, um fator essencial para uma retomada consistente do consumo e dos investimentos, além do impacto positivo de redução do crescimento da dívida pública. Ademais, a melhora do quadro inflacionário do país ameniza o efeito negativo, sobre a massa salarial ou o rendimento do trabalho como um todo, decorrente da elevação do nível de desocupação da força de trabalho. Logra-se recuperar um pouco o já deteriorado poder de compra das famílias, com impacto positivo no consumo agregado.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar que a prolongada crise econômica diminui a capacidade de arrecadar e de gastar do estado, o que provoca um aprofundamento da crise fiscal do governo em suas diferentes esferas (embora, repita-se, a redução da taxa básica de juros contribua para melhorar o quadro fiscal).

A retomada satisfatória do volume de vendas, seja no comércio ou no segmento de serviços, só deverá ocorrer de forma sustentada na medida em que a produção de bens e serviços volte a crescer com regularidade. Esse é um movimento que só deverá ter lugar a partir do segundo semestre de 2017, caso o consumo e o investimento voltem a evoluir positivamente, de forma sustentada.

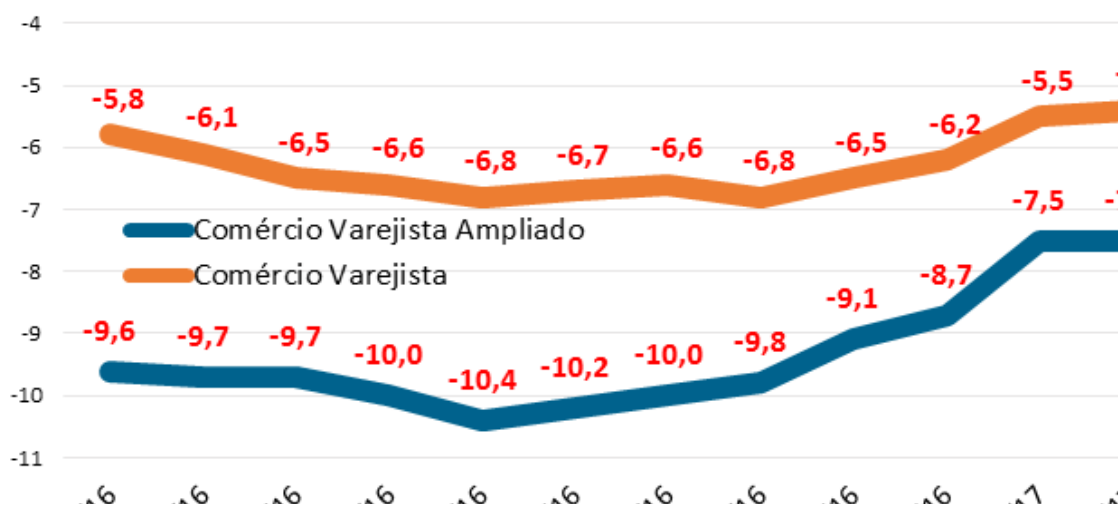
Nos meses iniciais de 2017, o varejo registra declínio menos acentuado

No Brasil o comércio varejista ampliado – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o varejo propriamente dito – apresentou declínio de 7,1% no acumulado de 12 meses (até março deste ano), conforme pode ser visualizado no **Gráfico 5**. Registre-se que a trajetória do volume de vendas – em queda desde agosto e que em dezembro do ano passado sofria redução de 8,7% – ainda apresenta diminuição

significativa, embora em ritmo que não se acelerou nos meses iniciais de 2017: -7,5% em janeiro; -7,5% em fevereiro; e -7,1% em março.

Em relação à trajetória do volume de vendas no varejo restrito, acumulado em 12 meses, (ilustrada no **Gráfico 5**), o movimento é também de arrefecimento do ritmo de decréscimo nos três primeiros meses de 2017: -5,5% em janeiro; -5,4% em fevereiro; e -5,3% em março. Nos meses finais do ano passado, esse indicador revelava os seguintes resultados: -6,8% em outubro; -6,5% em novembro; e -6,2% em dezembro.

Gráfico 5 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de vendas do Varejo, em % - março/2016 a março/2017



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

(*) O Varejo Ampliado inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo.

Em síntese, conclui-se que tanto o varejo ampliado quanto o restrito revelam trajetórias de redução menos acentuada do volume de vendas – movimento iniciado em meados

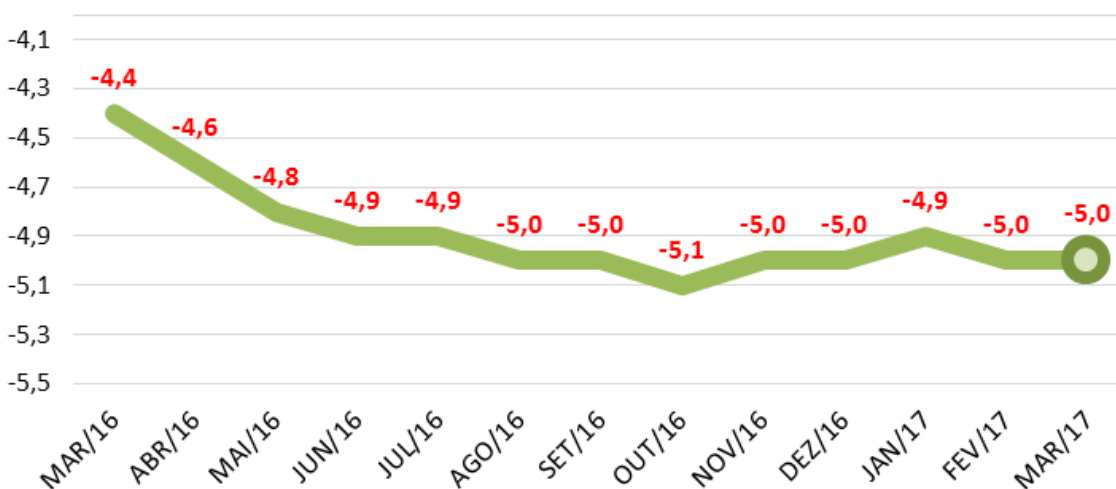
do ano passado. Ademais, destaque-se que no varejo restrito as variações negativas, mesmo ainda muito altas, são menores do que as do comércio varejista ampliado.

Serviços em trajetória descendente, com ritmo estável em torno de 5,0%

Nesse ambiente de retração econômica, mesmo com redução do ritmo de declínio, o setor de prestação de serviços também convive com

contração do volume de negócios. De fato, o volume de serviços (acumulado de 12 meses) apresenta um patamar de declínio em torno de 5,0% desde maio do ano passado – esse sendo também o decréscimo registrado em março deste ano (ver **Gráfico 6**).

Gráfico 6 - Brasil: variação do volume de Serviços acumulado em 12 meses, em % - março/2016 a março/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)



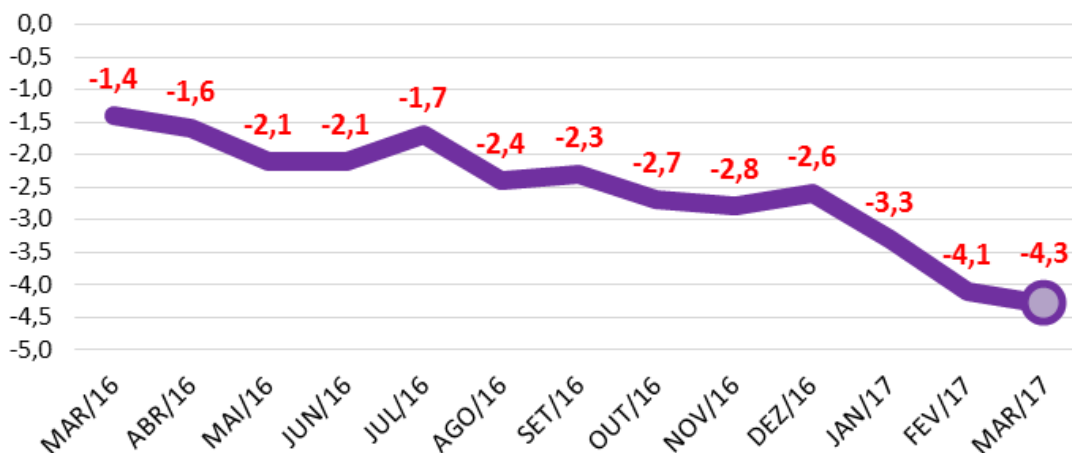
Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Atividades turísticas se mantêm em queda

No que diz respeito à trajetória do conjunto dos serviços voltados para as atividades turísticas (**Gráfico 7**) verifica-se que, mesmo depois de um decréscimo de 2,6% em dezembro de 2016 (base de comparação: doze meses imediatamente anteriores), é crescentemente declinante nos

meses iniciais de 2017: -3,3% em janeiro; -4,1% em fevereiro; e, -4,3% em março. Portanto, o resultado do mês de março deste ano mostra uma variação significativamente negativa no país, a maior ilustrada no mencionado gráfico e, inclusive, nos últimos dois anos – isto é, desde 2015.

Gráfico 7 - Brasil: variação acumulada em 12 meses do volume de Atividades Turísticas, em % - março/2016 a março/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores) março/2017 (base: 12 meses imediatamente anteriores)



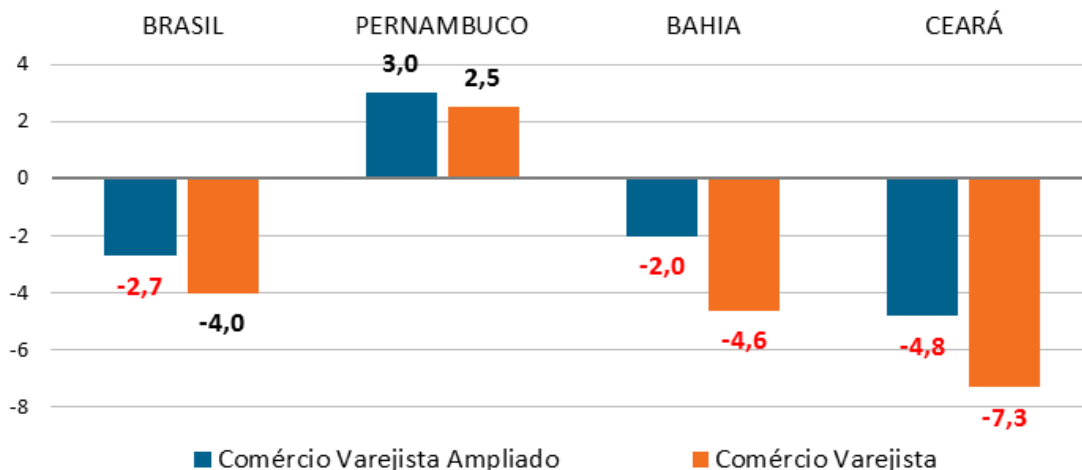
Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

2. DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM PERNAMBUCO EM MARÇO DE 2017: NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

O desempenho do comércio varejista tanto ampliado quanto restrito, em março deste ano, quando em confronto com o observado em março de 2016, no país e nos três principais estados nordestinos (Pernambuco, Bahia e Ceará), pode ser visualizado no **Gráfico 8**. Nota-se que, em ambos os segmentos do comércio, a variação do volume de vendas é negativa em todos os territórios analisados, exceto em Pernambuco, que apresenta variações positivas: 3,0% e 2,5%, respectivamente, para o varejo ampliado e o restrito, porém deve-se esperar o resultado do

próximo mês da PMC para se ter uma melhor avaliação desse desempenho atípico. Nos demais territórios analisados, os resultados são os seguintes: -2,0% e -4,6% na Bahia; -4,8% e -7,3% no Ceará; e -2,7% e -4,0% no Brasil. Pode ser que indique um movimento de início de recuperação do varejo em Pernambuco, ou se trate apenas de uma variação circunstancial no indicador, e que ainda não se estaria diante de um início de recuperação consolidada do varejo pernambucano.

Gráfico 8 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal do volume de vendas do Varejo, em % - março/2017 (base: março/2016)



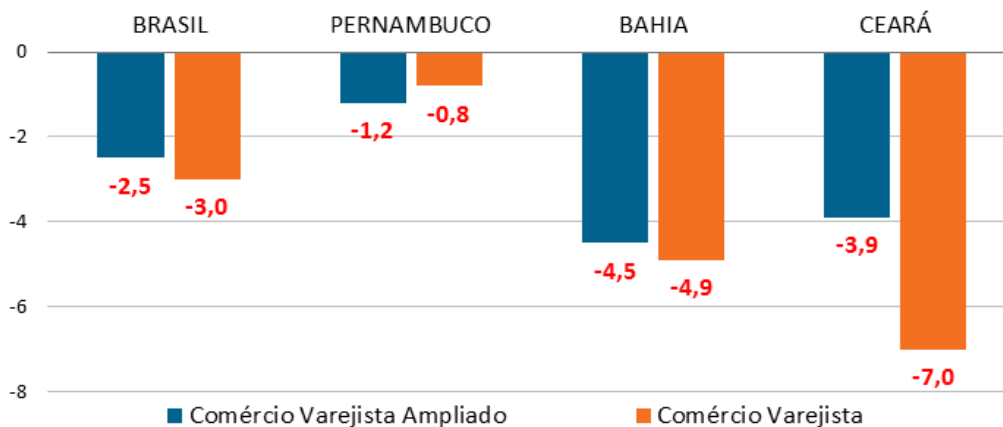
Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

(*) O Varejo Ampliado inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo.

Apesar do referido resultado positivo observado em Pernambuco em março deste ano (a partir do **Gráfico 8**), quando o indicador utilizado é o índice da variação acumulada do volume de vendas no ano (janeiro a março), tanto no varejo restrito quanto no ampliado, as variações continuam todas negativas (**Gráfico 9**). Com efeito, em Pernambuco as variações são -1,2%

e -0,8%, respectivamente, no varejo ampliado e no restrito. São reduções menos intensas do que as observadas no país como um todo: -2,5% e -3,0%. Em termos de comparação regional, Pernambuco tem desempenho negativo bem menos acentuado do que Bahia e Ceará, a saber: -4,5% e -4,9%, no primeiro; -3,9% e 7,0%, no segundo.

Gráfico 9 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo, em % - janeiro-março/2017 (base: janeiro-março/2017)



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

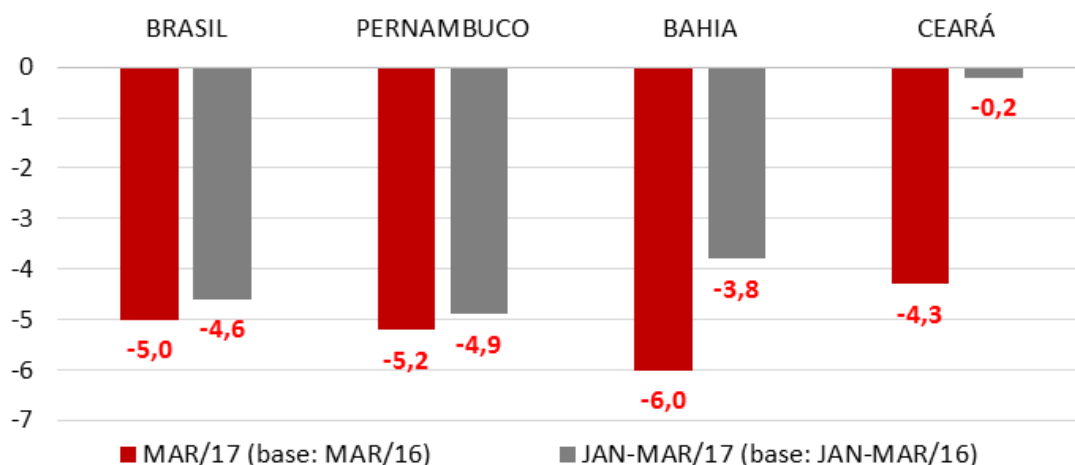
(*) O Varejo Ampliado inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo.

Pode-se afirmar, então, que – mesmo em um contexto em que determinados indicadores sinalizam mudança positiva ou atenuação do quadro de crise – o desempenho acumulado no ano de 2017, tanto no varejo ampliado quanto no restrito, ainda apresenta comportamento negativo, embora com menor intensidade.

Por outro lado, o desempenho do setor de prestação de serviços em Pernambuco, como se verifica no **Gráfico 10**, não demonstra um comportamento menos desfavorável do que os observados nos demais territórios. De fato, o volume de serviços em Pernambuco cai, tanto em termos de comparação mensal quanto

ao acumulado do ano: -5,2% no mês de março de 2017, em relação a março de 2016; e -4,9% no resultado acumulado deste ano (janeiro a março, em confronto com igual período do ano passado). Na Bahia, as quedas são, respectivamente: -6,0% e -3,8%. No Ceará: -4,3% e -0,2%. E, no Brasil: -5,0% e -4,6%. Isto é, em todas as comparações realizadas são registradas reduções do volume de prestação de serviços, as variações negativas observadas em Pernambuco sendo mais fortes do que a média nacional e a do Ceará. Ademais, em todos os casos, as variações negativas são mais intensas no mês de março do que no resultado acumulado do ano (janeiro a março).

Gráfico 10 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal (março/2017) e variação acumulada no ano janeiro-março/2017) do volume de Serviços, em % (base: mesmo período do ano anterior)

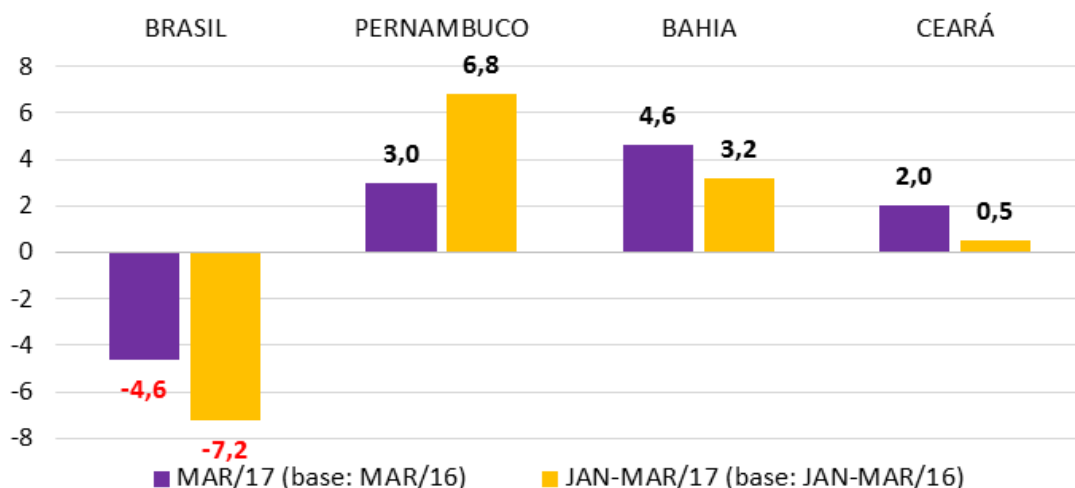


Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Destaque-se, agora – ainda no âmbito do setor de serviços –, o desempenho específico do segmento de turismo. A esse respeito, o **Gráfico**

11 ilustra tanto o indicador mensal do volume das atividades turísticas (mar2017/mar2016), quanto o concernente ao acumulado do ano.

Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação mensal (março/2017) e variação acumulada no ano (janeiro-março/2017) do volume de Atividades Turísticas, em % (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Como se observa, o desempenho verificado em Pernambuco, no resultado acumulado do ano, é o melhor entre os territórios analisados – crescimento de 6,8%. Já no resultado mensal (3,0%), tal crescimento só é superado pelo do estado da Bahia (4,6%). Ademais, assinala-se que os desempenhos dos três estados nordestinos são todos positivos, ao contrário do resultado registrado para o país como um todo: -4,6% em

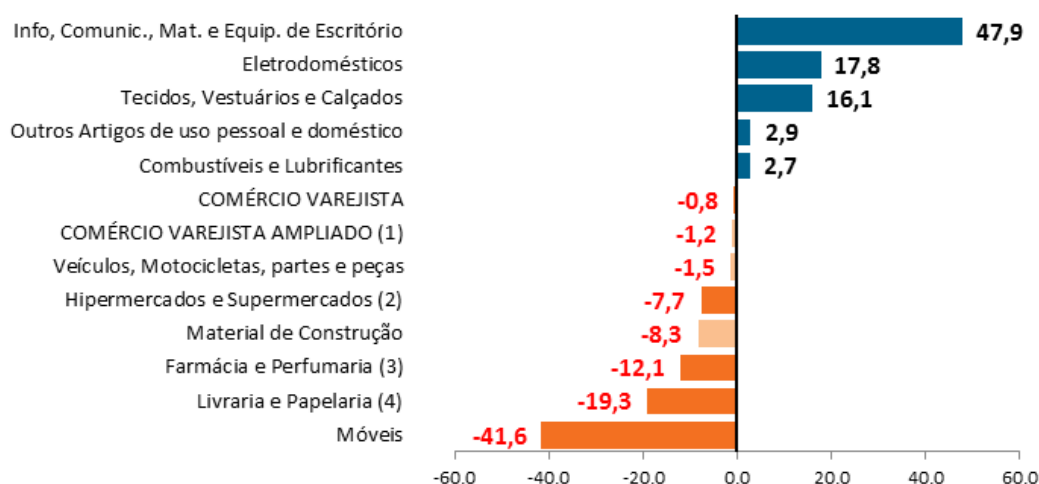
março e -7,2% no acumulado do ano. No caso de Pernambuco, pode-se argumentar que o diferencial tem a ver com o poder de atração de destinos praieiros e marítimos, sobretudo no litoral Sul e no arquipélago de Fernando de Noronha, cujos encantos naturais são destacados pela oferta dos serviços de agências de viagens, hotéis e receptivos e de infraestrutura presente na capital do estado.

3. SEGMENTOS DO COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS EM PERNAMBUCO

O **Gráfico 12** apresenta informações sobre o acumulado do volume de vendas, no ano de 2017, referente a cada um dos grupos de atividades dos segmentos do varejo e do varejo ampliado, comparativamente ao mesmo período de 2016. Ele também mostra indicadores associados à discriminação das atividades que compõem o comércio varejista na acepção tradicional: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados;

móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais, revistas e papelerias; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico. Quando a tal conjunto se acrescentam as atividades concernentes a ‘veículos, motocicletas, partes e peças’, além de ‘material de construção’, compõe-se o agregado comércio varejista ampliado.

Gráfico 12 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de vendas por Segmento do Varejo, em % - janeiro-março/2017 (base: janeiro-março/2016)



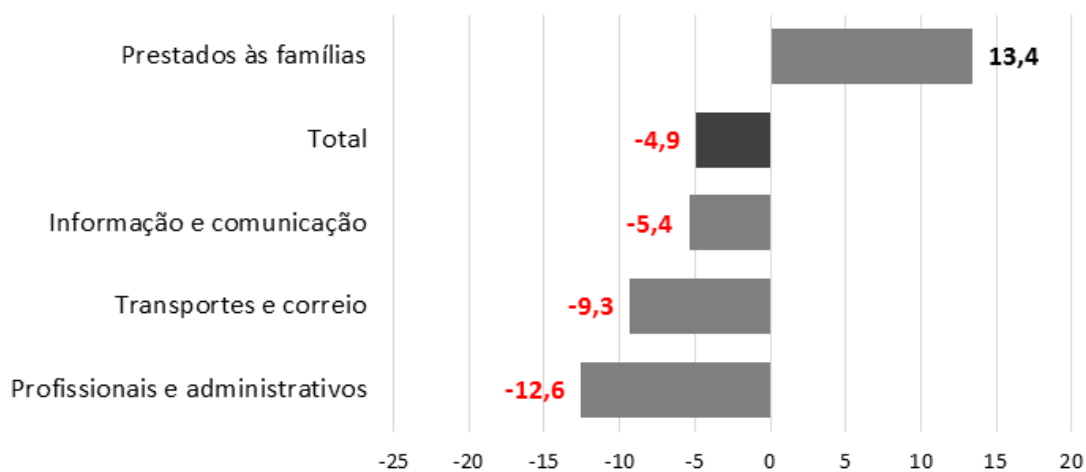
Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi. (1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo; (2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo; (3) Trata-se de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos; (4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

A maioria dos segmentos do comércio varejista continua apresentando variações negativas no resultado acumulado do ano de 2017: Móveis (-41,6%); Livraria e Papelaria (-19,3%); Material de Construção (-8,3%); Farmácia e Perfumaria (-12,1%); Hipermercados e Supermercados (-7,7%); Veículos, Motocicletas, partes e peças (-1,5%). Os demais segmentos apresentaram variações positivas: Material de Informática, comunicação, equipamentos de Escritório (47,9%); Tecidos, vestuários e Calçados (16,1%); Combustíveis e Lubrificantes (2,7%); Eletrodomésticos (17,8%); e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (2,9%). Reitere-se que embora a maioria dos segmentos do varejo continue com variações negativas estas são menos intensas do que as que vinham sendo observadas em boletins anteriores. Ademais, alguns segmentos do varejo apresentam variações positivas no resultado

acumulado do ano, alimentando expectativas de que o varejo possa vir a iniciar uma fase de recuperação.

No que diz respeito ao segmento de prestação de serviços (**Gráfico 13**) – a retração acumulada no ano, das atividades que compõem esse setor, é quase generalizada. Exceto ‘serviços prestados às famílias’ (com uma variação positiva expressiva de 13,4%), os demais segmentos têm desempenho negativo: ‘transportes e correio’ (-9,3%); ‘informação e comunicação’ (-5,4%); ‘serviços profissionais e administrativos’ (-12,6%). Estes últimos, vinculados a atividades produtivas de outros setores, continuam apresentando declínios significativos.

Gráfico 13 - Pernambuco: variação acumulada no ano do volume de Serviços, segundo as Atividade, em % - janeiro-março/2017 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

A economia brasileira continua, no primeiro trimestre de 2017, em trajetória de recessão a completar três anos, embora o quadro econômico atual seja melhor do que o de boa parte do ano de 2016. O início de 2017 se deu com a economia apresentando resultados que alimentam expectativas menos pessimistas. Contudo, os descaminhos da política se mantêm como fator de risco e vieram a se agravar profundamente a partir da delação dos executivos da JBS envolvendo o presidente da República, o que vem potencializando um ambiente de séria crise institucional. A ansiada recuperação econômica que, conforme a racionalidade do mundo dos negócios, depende de reformas importantes em tramitação no Congresso Nacional, passa por um momento de forte turbulência. Deterioraram-se expectativas de consumidores e empresários e permanece desconfortável a situação do país, em termos de avaliação de risco por agências internacionais, a exemplo da Standard & Poor's.

Ao longo processo de recessão, agregase uma frágil situação fiscal, que traz grande desconforto para governos e população, com consequências nocivas para o equacionamento da própria crise econômica. Maior deterioração da qualidade dos serviços públicos (decorrente de profunda crise fiscal), penalização de amplos segmentos sociais que enfrentam o desemprego. Ademais, a grave situação fiscal do estado brasileiro pode, se não devidamente equacionada, contribuir para agravar o ambiente macroeconômico.

A redução significativa da Inflação – que terminará 2017 abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo Banco Central, possivelmente abaixo de 4,0% – é, sem dúvida, o principal ingrediente positivo. Juros em trajetória declinante e perspectiva das reformas previdenciária e trabalhista poderiam restaurar a confiança necessária à retomada de investimentos. Mas os já referidos percalços no ambiente político se refletem no Congresso Nacional e na governabilidade

do país de forma contundente. E as ações de combate à corrupção ainda podem gerar significativos embaraços à continuidade e ao sucesso da política de ajuste fiscal e ao avanço das reformas e, conseqüentemente, com potencial de adicionar carga negativa a expectativas dos agentes econômicos.

O panorama estritamente econômico, que era alentador, consideradas certas ressalvas, passa a ser de forte apreensão. A cautela que ainda existia antes da delação dos executivos da JBS, tanto no meio empresarial quanto entre consumidores, transformou-se em expectativas negativas e os dados econômicos ainda não apontam para uma recuperação sustentável da economia. A expectativa de modesto crescimento do PIB de 0,49% (Boletim Focus) ou 0,2% (FMI) não é tão animadora e, ademais, está sujeita a condicionantes que não se pode afirmar que sejam improváveis, ao contrário, diante da situação política do país: Governo sem apoio popular e a grande maioria dos congressistas sob suspeita de corrupção. Adicione-se a esse quadro uma possível eleição presidencial indireta por conta de eventual interrupção do mandato do atual presidente. Ademais, o país caminha para uma eleição no próximo ano, que envolve renovação dos cargos de presidente, governadores, deputados estaduais e federais, além de parte dos senadores.

Se não bastassem os graves problemas fiscais ao nível da federação, estados e municípios esperam por reformas e ajustes de difícil operacionalização. A crise fiscal do Governo Federal e a fragilidade fiscal de governos estaduais e municipais ainda exigirão medidas duras que demandarão tempo e disposição política. Os benefícios, a serem possivelmente auferidos em médio e longo prazos, repousam na hipótese otimista de que o ambiente econômico não venha a sofrer novos retrocessos.

Nesse contexto, incertezas políticas, persistência de elevado desemprego – um contingente de mais de 14 milhões de pessoas –, endividamento das famílias e níveis elevados de inadimplência ainda constituem fatores que explicam o declínio no varejo e no setor de serviços em Pernambuco, nos principais estados do Nordeste e no Brasil como um todo.

Em síntese, ainda faz parte do panorama a permanência de fatores políticos e econômicos que afetam diretamente, e de forma negativa, o desempenho de segmentos como comércio varejista e prestação de serviços. A diferença é que em 2017 o desempenho de alguns segmentos

específicos contribuiu para alimentar a esperança de um final de crise e um início de recuperação, mesmo de forma modesta. Alguns fatores favoráveis já foram mencionados, no campo dos preços e da taxa básica de juros. Se o país lograr avançar em ajustes institucionais e reformas, que aliviem a questão fiscal, pode-se transitar para um ambiente econômico mais favorável a mudanças de expectativas que atraiam capitais para projetos de infraestrutura, uma alternativa que – uma vez viabilizada – teria impacto imediato na redução do desemprego. Porém, reitere-se, a perspectiva ainda é de incertezas, diante de novos avanços nas investigações dos escândalos de corrupção.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais Trimestrais**. 1º Trimestre 2017.

Pesquisa Mensal do Comércio. Março/2017.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Março/2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Abril/2017.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Abril/2017.

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro
Revisão de Texto: Iaranda Barbosa
Revisões Textuais

EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá
Tania Bacelar
Osmil Galindo
Roberto Alves
Ademilson Saraiva

Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)

Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)

